

COORDENAÇÃO

Samuel Dimas | Renato Epifânio | Luís Lóia

# REDENÇÃO E ESCATOLOGIA

Estudos de Filosofia, Religião, Literatura  
e Arte na Cultura Portuguesa

Vol. II – Tomo 2



Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais da FCT –  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito  
do projeto UID/FIL/00701/2016

**Título** Redenção e Escatologia.  
Estudos de Filosofia, Religião, Literatura e Arte na  
Cultura Portuguesa – VOL. II – Idade Moderna – TOMO 2  
**Coordenação** Samuel Dimas | Renato Epifânio | Luís Lóia  
**Coleção** Investigação

© Universidade Católica Editora

**Capa** Ana Luisa Bolsa | 4 Elementos  
**Imagem da capa** *Calvário*, retábulo da capela do Santíssimo da sé de Viseu,  
Vasco Fernandes, c. 1530-1534, Museu Nacional Grão Vasco,  
Viseu

**Paginação** acentográfico  
**Impressão e Acabamento** Europress – Indústria Gráfica  
**Depósito Legal** 396047/15  
**Tiragem** 150 exemplares  
**Data** fevereiro 2018

**ISBN** 9789725405857

Universidade Católica Editora  
Palma de Cima 1649-023 Lisboa  
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029  
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt



#### REDENÇÃO E ESCATOLOGIA

Redenção e escatologia : estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa / coord. [de] Samuel Dimas, Renato Epifânio, Luís Lóia. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2017- . . - vol. ; 23 cm. – (Investigação). – Vol. 2/1 : Idade moderna. – 2017. – 544 p. – ISBN 97897254475. – Vol. 2/2 : Idade moderna. – 2018. – 608 p. – ISBN 9789725405857

I – DIMAS, Samuel, coord. II – EPIFÂNIO, Renato, coord. III – LÓIA, Luís, coord. IV – Col.

CDU 215  
1(469)  
2(469)  
236  
232.3  
7(469)

6.8.2. As partes constitutivas dos Painéis das Almas	270
6.8.2.1. Zona superior	270
6.8.2.1.1. A Santíssima Trindade <i>do Saltério</i>	270
6.8.2.1.2. A <i>Dérsis</i>	271
6.8.2.1.3. A Dupla Intercessão	271
6.8.2.2. Zona inferior	274
6.8.3. Os principais Santos intercessores pelos defuntos	275
6.8.3.1. Nossa Senhora	275
6.8.3.2. São Francisco de Assis	275
6.8.3.3. São Nicolau de Tolentino	276
6.8.4. A Santa Missa e as Almas	277
6.8.5. As Almas e o paraíso perdido	278
6.9. Entre o Céu e a Terra. A Escada de Jacob – Iconografia, simbologia e misticismo	285
6.9.1. Escada de Maria, Escada de Cristo	289
6.9.2. A Escada do Paraíso e a Escada mística	293

#### IV PARTE

### O DESTINO ESCATOLÓGICO DO HOMEM NA FILOSOFIA, NA TEOLOGIA E NA ESPIRITUALIDADE DA IDADE MODERNA

<i>Introdução</i> – A natureza e a graça na modernidade da cultura portuguesa	301
A. A justificação e a santificação do ser humano pela fé, pelas obras de caridade e pela graça de Deus que é sua origem e fim	301
B. Natureza e graça, razão e fé, ciência e religião, sob o ecletismo de um iluminismo carólico	311

#### CAPÍTULO SÉTIMO

### A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ E PELAS OBRAS E A IMORTALIDADE NA GLÓRIA DE DEUS

7.1. A salvação do homem para a Glória do Paraíso de Deus no pensamento teológico-moral de <i>Ropica Pniefma</i> de João de Barros	332
7.1.1. A criação do espírito e do corpo do homem para a felicidade da Glória de Deus	332

7.1.2. A justificação pela fé, pelos valores espirituais e morais, pelos sacramentos, e pelas obras	336
7.2. Gaspar Frutuoso e a <i>saudade</i> no caminho da redenção do homem	341
7.2.1. A «alegoria frutuosiana» e a redenção do homem	343
7.2.2. As «saudades de tanto bem perdido»	346
7.2.3. Do conhecimento verdadeiro e da ação virtuosa	350
7.2.4. A saudade e o sentido último da vida	353
7.3. Frei Amador Arrais e a Escatologia Ortodoxa	358
7.3.1. Introdução: a morte e a esperança	358
7.3.2. Consolação e Ortodoxia	362
7.3.3. Conclusão: para a salvação eterna do homem	369
7.4. O mar é Caminho em Diogo de Sá	370
7.4.1. Introdução: vida e obra	370
7.4.2. A Inquisição	373
7.4.3. O Mar é Caminho	375
7.4.5. Fé, Conhecimento e Tolerância	379
7.5. O abraço à morte para o desabrço da morte na «Arte de Orar» de Diogo Monteiro	382
7.5.1. A mortificação no Horeb espiritual	383
7.5.2. Os dois olhares para a morte	386
7.5.3. A morte como definidora	390
7.5.4. Palavras em remare	394
7.6. Eva e Ave: anagrama da Redenção em António de Sousa Macedo	395
7.6.1. Biografia	395
7.6.2. Que lugar ocupa Maria na teologia seiscentista?	396
7.6.3. Estrutura, fontes e temas de Eva e Ave	398
7.6.4. A desobediência de Eva e a obediência de Maria	399
7.6.5. Conclusão: «levantado em Ave»	402
7.7. D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) um inquérito com apontamentos escatológicos à margem	403
7.8. O céu de Violante: uma tensão escatológica entre <i>já e ainda não</i>	423
<b>7.9. Bartolomeu de Quental, pregador da redenção do homem</b>	<b>433</b>
7.9.1. Vida e obra pela reforma interior	433
7.9.2. Os enganos do mundo	439
7.9.3. Memória da morte e reforma da vida	445
7.9.4. Visão escatológica da vida	452
7.10. Frei António das Chagas: temporalidade, imperfeição da alma e união com o divino	458

## 7.9. Bartolomeu de Quental, pregador da redenção do homem

*José Luís Brandão da Luz*

### 7.9.1. Vida e obra pela reforma interior

Bartolomeu do Quental (1626-1698) escreveu numa fase avançada da vida a versão final do seu sermonário, em ordem à publicação em dois tomos, em 1692 e 1694. Os 16 sermões que reuniu em cada um deles haviam sido pronunciados muitos anos antes, no período em que tinha sido pregador da capela real e capelão e confessor do paço, funções para que fora nomeado com apenas 28 anos de idade. Conforme confessa no pequeno prólogo que escreveu para o 1.º volume, só a insistência de «algumas pessoas, ou mais zelosas, ou mais amigas», para que os trouxesse por escrito à luz do dia, o levou a «condecender (sic) com os seus rogos». Por isso, prossegue, «a esse

fim desenterrei da sepultura do esquecimento de todos, e também do meu, alguns dos que preguei no século, e me pareceram mais doutriniais».

O grau de exigência das funções para que fora chamado a exercer no paço deixa entrever aos seus biógrafos os predicados de que seria dotado para justificar tão alta distinção régia. De acordo com os critérios da época, a escolha deveria ter em linha de conta não apenas a elevada formação e erudição intelectual, mas também a estatura moral e o estatuto social dos eleitos<sup>557</sup>. Bartolomeu do Quental respondia certamente a todos estes quesitos. Pelo nascimento, a 22 de agosto de 1626, nos Fenais da Luz, pequena povoação próxima de Ponta Delgada, descendia de uma família da ilha de S. Miguel, dos Açores, «da mais antiga e qualificada nobreza»<sup>558</sup>. Joaquim de Vasconcelos recorda-o, no *In Memoriam* de Antero, como um antepassado ilustre do poeta<sup>559</sup>, e o próprio Antero, em carta autobiográfica a Cândido Figueiredo, de 3 de maio de 1881, o faz alinhar no escol dos seus ascendentes, referindo-o como um «varão douto e de grandes virtudes, fundador em Portugal, da Congregação do Oratório, e cujos sermões ainda hoje podem ser lidos com alguma utilidade»<sup>560</sup>. Pela piedade, manifestou, desde a infância, grande afeição pela prática cristã, e depois, como estudante e sacerdote, foi exemplo de virtude e defensor da severidade dos costumes, tendo mesmo falecido

<sup>557</sup> Cf. Maria Lucília Pires, «O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real», p. 155.

<sup>558</sup> Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, v. I, p. 474. Bartolomeu do Quental é o 3.º filho de Ana de Quental de Sousa ou de Novais e do capitão Francisco de Andrade Cabral, que casaram na Matriz de Ponta Delgada a 22 de abril de 1619. A mãe, natural de Ponta Delgada, descende de uma família com ligações à corte de D. Afonso V e de D. João II, que se fixou nos Açores, nos começos do povoamento. Era bisneta de Afonso de Matos de Quental, primeiro administrador do vínculo instituído por sua mãe, Margarida de Matos, por testamento de 7 de maio de 1532, que deu início à construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, na antiga igreja dos Franciscanos de Ponta Delgada, hoje paroquial de S. José. O pai, Francisco de Andrade Cabral, natural de Freixo, termo da vila de Trancoso, era «legítimo descendente dos desse apelido, bem conhecido no reino de Portugal» («Vida do Venerável Padre Bartolomeu do Quental», em Eugénio dos Santos, Apêndice documental a *O Oratório no Norte de Portugal*, p. 330), foi lealdador-mor dos pastéis de S. Miguel, tendo sido também procurador do concelho, vereador e irmão da Misericórdia (cf. José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas. Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 395-396; Rodrigo Rodrigues, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, Lisboa, DisLivro Histórica, 2008, v. I, p. 273-280). Sabemos também que Fernão do Quental, tetravô do P. Bartolomeu do Quental, é referido por Gaspar Frutuoso como uma das «figuras importantes da sociedade micaelense de finais de Quatrocentos [...], e que serviu igualmente de ouvidor senhoriais». (José Damião Rodrigues, *Histórias Atlânticas: os Açores na Primeira Modernidade*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 83-84.)

<sup>559</sup> Cf. Joaquim de Vasconcelos, «Um avô do poeta: Bartholameu do Quental (1626-1698)», em *Antero de Quental: In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Ed., 1896, pp. 523-527.

<sup>560</sup> Antero de Quental, *Cartas I*, org., int. e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Universidade dos Açores e Editorial Comunicação, 1989, p. 556.

com áurea de santidade<sup>561</sup>, em 20 de dezembro de 1698. Ao nível da formação, iniciou-a aos 17 anos quando saiu da sua ilha, rumo a Lisboa, para tomar os mais altos estudos que o prepararam para o sacerdócio. Ingressou na Universidade de Évora, onde obteve a graduação de mestre em Artes e foi «ornado com a borla de doutor em Filosofia»<sup>562</sup>, em 1647. Três anos mais tarde graduou-se mestre em Teologia, tendo partido depois para Coimbra, onde terá aprofundado os estudos teológicos e se distinguiu como pregador, ainda antes de ser ordenado presbítero, em 1652, na Igreja do Espírito Santo da Pedreira, em Lisboa. Dois anos mais tarde, trocou o regresso à terra natal, por via da provisão no lugar de vigário da matriz da Ribeira Grande, pelo ministério espiritual na casa real, «que exercitou com grande aclamação da corte, pois na veemência dos afetos, eloquência das palavras, e energia das ações se não excedia, certamente igualava ao grande Vieira, que no mesmo tempo era ouvido como oráculo da retórica eclesiástica»<sup>563</sup>.

Na corte, teve de lidar com a pesada atmosfera de consternação provocada pela morte prematura de D. Teodósio, herdeiro de D. João IV, depois, da Infanta D. Joana e do próprio monarca, em 1656. O ambiente tornava-se propício aos apelos à vida devota, e a prática da «oração mental», na capela real, atraía muita gente às prédicas e meditações diárias, o que conferia à corte «uma feição de convento»<sup>564</sup>. Em 1659, na regência de D. Luísa

<sup>561</sup> Entre vários episódios prodigiosos relatados pelos biógrafos que depõem a favor da santidade do P. Quental está a incorrupção do seu corpo, verificada 8 ou 10 anos após a sua morte e que se teria conservado intato até 1756, o que desencadeou o processo de canonização que não chegou a ser conclusivo (cf. P. Vicente Ferreira de Sousa Brandão, *Recopilação Histórico-Biográfica do Venerável Padre Bartolomeu do Quental*, pp. 53-58 e P. José Catalano, *Vida do Venerável Padre Bartolomeu do Quental, Fundador da Congregação do Oratório nos Reinos de Portugal*, p. 135).

<sup>562</sup> P. Vicente Ferreira de Sousa Brandão, *ibidem*, p. 4.

<sup>563</sup> Diogo Barbosa Machado, *ibidem*.

<sup>564</sup> Jean Girodon, «Introduction», em *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l'Oratoire de Braga (29.IX. 1685-22. XI. 1698)*, p. XXXIX. Também o autor da «Vida do Venerável Padre Bartolomeu do Quental», transcrita por Eugénio dos Santos no apêndice documental à sua obra *O Oratório no Norte de Portugal* refere o estilo de vida que o P. Bartolomeu do Quental introduziu no paço, nos seguintes termos: «Nas damas da Senhora Rainha D. Luísa e mais criadas do paço introduziu um teor de vida tão reformada que nada tinha de invejar a dos claustros religiosos, parecendo aquela habitação não tanto paço, quanto convento mais recoleto. Era para ver e admirar umas donzelas tenras e delicadas na flor de seus anos esquecidas dos regalos e delícias do mundo emprender o caminho da perfeição com tal espírito e fervor, que desprezadas as vaidades e prazeres do século só anelarão ao maior proveito de suas almas» (pp. 337-338). Eugénio dos Santos, que refere na sua obra esta passagem, comenta-a do seguinte modo: «Descontando o exagero da linguagem, próprio da ótica do autor, todos os testemunhos convergem em realçar o valor e amplitude da sua ação no palácio real. Muitos dos seus ouvintes viriam a entrar em conventos, com o rodar do tempo. Pelo exemplo, pela palavra, pelo vigor da sua personalidade, começou a atrair os cortesãos aos seus exercícios. Para estes estabeleceu uma distribuição horária regular, encetando um hábito devoto que haveria de manter-se. Todas as manhãs as damas e criadas acudiam ao oratório do paço e, à noite, às tribunas da capela real, onde tinham lugar exercícios de piedade e se aconselhavam disciplinas» (pp. 20-21).

de Gusmão, o P. Quental constituiu mesmo uma associação que agrupava sacerdotes e leigos desejosos por uma vida interior mais intensa, que se obrigavam à oração diária em comum e a outras práticas de piedade e obras de caridade<sup>565</sup>. Esta associação, de evocação a Nossa Senhora das Saudades, beneficiou da proteção da rainha regente e chegou mesmo a ter estatutos próprios aprovados pelo papa Alexandre VII. Seguiu por modelo as orientações de S. Filipe Néri e pode ser considerada o embrião da Congregação do Oratório, que mais tarde o P. Quental veio a fundar. A retirada da corte de D. Luísa de Gusmão, em 1663, em quem tinha o seu principal apoio, e a crise que conduziu à abdicação de D. Afonso VI e à regência de D. Pedro II, em 1667, levaram-no ao afastamento da corte e a procurar refúgio em Sintra, onde delineou a iniciativa de fundar em Lisboa um recolhimento para sacerdotes que se dispusessem a consagrar a vida à conversão das almas, por meio pregação, confissão, missionação, principalmente na Quaresma, e exercícios espirituais, com especial ênfase para a oração mental. Com este programa nasceu em Portugal, em 1668, a Congregação do Oratório, que teve em Lisboa a sua primeira sede num velho palácio junto à capela real, na rua das Fangas da Farinha. Acabou por receber o reconhecimento da Santa Sé e propagou-se para o Brasil e Goa. Em Portugal, para além de Lisboa, a congregação instalou-se ainda em Freixo-de-Espada-à-Cinta, Porto, Braga, Viseu e Estremoz<sup>566</sup>, o que tornou o P. Bartolomeu do Quental em «um poderoso instrumento da reforma católica»<sup>567</sup>.

Os estatutos, assinados em 12 de janeiro de 1670, pelos dez congregados que tinham o P. Quental como Prepósito da congregação, com evocação a Nossa Senhora da Assunção, obriga-os, e a todos os que nela desejem entrar, a cuidar da sua «reforma interior, e compostura exterior, de maneira que tudo neles cheira a virtude, como homens de que há de pender a reforma de tantos»<sup>568</sup>. Do exemplo dos congregados há de aproveitar a reforma espiritual do povo pela doutrinação dos mistérios de fé, pela pregação que deverá ser eficaz «no persuadir com razões, e com exemplos»<sup>569</sup>, e pela exortação à confissão e reforma de vida. Compreende-se assim que, no final da vida e

<sup>565</sup> Na dedicatória que escreveu para as *Meditações da Infância de Cristo*, refere a importância desta congregação na vida do paço, «em que se praticava todos os dias o santo exercício da oração, penitência, frequência dos sacramentos, e mais exercícios espirituais, com fruto, e aproveitamento de tantos, não só irmãos, mas outros muitos, que sem o serem lhe assistiam por sua devoção».

<sup>566</sup> Cf. Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal*, pp. 71-132; Jean Girodon, *ibidem*, pp. XLI-XLV e LXII-LXXVI.

<sup>567</sup> Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal*, p. 30.

<sup>568</sup> «Estatutos da Congregação do Oratório de Lisboa», n.º 8, em J. Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos Primitivos*, p. 11.

<sup>569</sup> «Estatutos», n.º 14, *ibidem*, p. 16.

depois duma intensa atividade apostólica, imbuída pelo espírito do Oratório, o P. Bartolomeu do Quental olhasse para os sermões que pregou «no século» como algo de longínquo, ao ponto de dizer, no prólogo intitulado «Ao pio leitor», ter deles «baixo conceito». O seu termo de comparação eram as *Meditações*, nomeadamente as que já tinha publicado, em 3 volumes sobre a vida de Cristo, e que se destinavam à orientação espiritual dos seus confesados, assim como as que preparava para publicar, também em 3 volumes, de comentário ao Evangelho de cada domingo do ano, e que o referido prólogo diz serem «práticas meramente espirituais [...] resumidas no fim de cada uma com pontos para meditação». Estas sim, respondiam ao fim específico do seu múnus sacerdotal, e, de modo especial, da pregação, a qual, segundo os estatutos do Oratório, visava exclusivamente a conversão dos fiéis, discorrendo com clareza e sem os artifícios de retórica que distraiam os ouvintes e deixavam escapar o essencial da mensagem pelas malhas artificiosas da erudição.

Esta sua conceção de pregar já tinha sido claramente exposta no tempo em que exercia funções no paço. Maria Lucília Pires lembra o parecer que o P. Bartolomeu do Quental emitiu, na qualidade de censor, para os sermões que o P. António Vieira publicou com o título geral *Maria Rosa Mística* onde, designadamente no parecer para o 1.º volume, ao mesmo tempo que reconhece a forma elevada como o pregador apresenta o tema do Rosário, deixa transparecer alguma censura relativamente à eloquência e sedução do estilo. Referindo-se aos sermões de Vieira, não deixa de admitir que «perante vozes tão altas e levantadas [...] não será fácil achar pregador que chegue com a sua voz ao ponto destas vozes», deixando de seguida a dúvida de se haverá pessoas «que saibam rezar por este Rosário com tais extremos»<sup>570</sup>. Já nessa altura, afigurava-se claro ao P. Quental que o desígnio da pregação se não poderia compreender pelo deslumbramento que o pregador fosse capaz de provocar no auditório, mas pela sua eficácia ou capacidade de tocar o íntimo dos ouvintes e assim despertá-los do descuido em que incorriam para empreenderem a reforma interior que iam protelando. O que ressalta no seu parecer não se afigura dissonante com o que os estatutos da congregação virão mais tarde a prescrever e que os seus sermões, de algum modo, nunca deixaram de transmitir, ou seja, «a preocupação com a atividade parenética acessível a todos os ouvintes, que mova à reforma dos costumes e à prática de uma espiritualidade mais profunda e interiorista, centrada no exercício da oração mental»<sup>571</sup>.

<sup>570</sup> Cit. em Maria Lucília Pires, «O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real», p. 161.

<sup>571</sup> *Ibidem*, p. 162.

Os *Sermões* do P. Bartolomeu do Quental, que iremos tomar por base da nossa exposição, refletem a preocupação de confrontar as pessoas com a sua conduta de vida, designadamente na sua relação com os outros, cuja exigência cresce com a posição social que detêm e as funções que exercem. Se os primeiros sermões ainda concedem algum lugar a uma especulação mais arrevesada e até obscura e difícil de prender a atenção, como o exórdio do sermão da primeira sexta feira da Quaresma, pregado em 1658, todo o desenvolvimento subsequente se afasta desta orientação em favor da apresentação das «razões morais» que poderão mover o auditório a refazer a vida pelo caminho da reforma interior. Deste modo, o «baixo conceito» que o pregador diz ter dos seus sermões não permite que os classifiquemos como textos menores no campo da parenética setecentista, por carência de robustez doutrinária e de consistência argumentativa, que em alguns casos chega a ser engenhosa. Aníbal Pinto de Castro pôs em evidência o reconhecimento que o P. Bartolomeu do Quental recebeu de teóricos da retórica, referindo Manuel Pacheco Sampaio Valadares que, na sua *Arte de Retórica*, o compreende entre os «modelos de boa expressão vocabular»<sup>572</sup>, como Vieira, Camões, João de Barros e outros «mestres da língua»<sup>573</sup>. Refere ainda o elenco de pregadores que Fr. Manuel de Figueiredo considerava como modelos inspiradores da elaboração de sermões, e que apontava o P. Quental, juntamente com o P. Manuel Bernardes, como exemplos de «fecundidade, e larga erudição»<sup>574</sup>.

Estamos em crer que o distanciamento que toma em relação aos seus sermões se deve acima de tudo à insuficiência duma maior assertividade pragmática e cadência programática que as *Meditações* apresentam para, de forma mais direta e explícita, mover os sentimentos dos ouvintes e guiá-los na reforma de vida de que careciam<sup>575</sup>. Esta é certamente a principal finalidade da pregação que o congregado tinha por missão assegurar por meio de «pontos para meditação». Apesar de os sermões revestirem uma configuração mais

<sup>572</sup> Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, p. 263.

<sup>573</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>574</sup> *Ibidem*, p. 684.

<sup>575</sup> No «Prólogo ao devoto leitor» que escreveu para as *Meditações da Infância de Cristo*, sublinha a orientação prática desta obra que, ao contrário dos sermões, não requeria uma preparação tão exigente. No seu conjunto, esses livros visavam dirigir os confessados «pelo caminho tão seguro da oração, para a prática dela, e mais exercícios espirituais», pelo que se apresentavam reforçados por «algumas meditações, que lhes dessem matéria à prática da oração». O resumo no final de cada meditação tem o propósito de «se tomar mais facilmente a substância delas», o que acentua o propósito pragmático e eminentemente espiritual destas publicações, vocacionadas para apoiar a vida espiritual dos fiéis. O mesmo se poderá dizer das *Meditações das Domingas do Ano* que «podem servir também de lição espiritual, e de práticas, ou exortações para o párocos darem como devem este pasto da doutrina evangélica aos seus fregueses, quando por suas ocupações não possam sempre fazer outras, que seriam melhores», lê-se no «Prólogo ao devoto leitor», no 1.º volume.

erudita e menos pragmática, eles não deixam de apelar, de forma continuada, ao desengano ou conversão interior e à penitência ou reconciliação, como vias para a salvação, conforme tentaremos mostrar por meio dos tópicos seguintes.

### 7.9.2. Os enganos do mundo

Um único tema atravessa a pregação do P. Bartolomeu do Quental, a de que a salvação constitui o fim último do homem e que a vida no mundo é, por isso, uma simples jornada marcada pela transitoriedade ou pela passagem: «Todos neste mundo somos caminhantes, que devemos levar por diante dos olhos o lugar para que caminhamos», lê-se no exórdio do sermão da 3.<sup>a</sup> domingo do Advento (v. II: 62). Cristo é o exemplo perfeito deste programa, pois tendo saído de Deus, para Ele caminhava sem nunca perder de vista o fim que a Sua origem ditava. A ideia encontra-se claramente enunciada no Antigo Testamento, na forma como Deus preparou os do Seu povo para saírem do Egito e empreenderem a longa travessia do deserto em direção à terra da promessa. Mandou-os comer o cordeiro Pascal à pressa, com «as sandálias nos pés e o cajado na mão» (Ex. 12, 11), para que todos pudessem perceber que o alimento que fora preparado no fogo não era para satisfazer o paladar ou o gosto de cada um, mas para sustentar o longo percurso: «o cordeiro é viático para o caminho, e não termo da jornada» (v. II: 68). Deixar-se prender pelo sabor das coisas deste mundo, fixando-se nelas e esquecendo as do céu, é proceder como os convidados que o Evangelho mostra a recusarem o banquete que lhes estava preparado por causa de vários interesses pessoais a que deram prioridade (Lc. 14, 17-24). Fixar o interesse nos bens do mundo para satisfazer qualquer desejo servirá mais para o aumentar do que para o saciar. O desejo flui como a corrente de um rio e a felicidade que a sua satisfação produz logo faz nascer outro maior: «não há rio, que mais corra que as felicidades do mundo» (v. II: 71). Nada no mundo satisfaz a ambição dos homens: as sucessivas conquistas de Alexandre não fizeram parar o seu desejo por mais vitórias; da mesma forma, os ricos e poderosos não se satisfazem nunca com o que têm, mas procuram acrescentar cada vez mais património ao que já possuem. Esforçam-se, por isso, em tornar as suas habitações e jardins cada vez mais sumptuosos, excedendo-se por ornamentações e multiplicando desnecessariamente o número de carruagens, serviçais e outros sinais de ostentação, que aumentam cada vez mais a vaidade e nunca secam os desejos, como lastimou Salomão ao considerar vãs todas as riquezas do mundo que acumulou.

O coração, sede dos desejos, é comparável à pupila dos nossos olhos, que é tão pequena em tamanho, mas onde cabe tudo o que vemos: montes e vales; cidades e reinos; astros e todo o firmamento. Também o coração, sendo pequeno no tamanho, é grande no que deseja, nunca se satisfazendo com o

que vai logrando alcançar. Só encontrará repouso na direção certa, tal como uma bússola, que só deixa de oscilar quando orientada na direção do Norte:

virai a agulha de marear para todas as partes, não sossega, nem aquieta; virai-a para o Norte, já aquieta, já descansa: virai o coração do homem para as riquezas, não dorme; virai-o para os gostos, não sossega; virai-o para as dignidades, não descansa; virai-o para todas as partes do mundo, não aquieta; virai-o para Deus, já aquieta, já descansa: que é isto? Que há de ser? É o coração a agulha, e Deus é o Norte, e só para o Norte aquieta a agulha. (v. II: 79.)

E logo de seguida dá o exemplo dos que foram tocados pelo chamamento de Deus e um dia trocaram todo o bem-estar em que viviam pela austeridade de um ermitério, onde se refugiaram, renunciando a tudo, e aí encontraram paz e felicidade. E pergunta: como se explica tão radical transformação de quem era tão exigente no vestir, no comer e no conforto da sua habitação? Como é que

um homem, que se não contentava com tantas galas, agora se contenta com remendos? Um homem, que se não satisfazia com tantas iguarias, agora se acomoda com uns legumes; um homem, que se não aquietava em lençóis de Holanda, agora descansa em umas tábuas? Sim: que até agora estava a agulha virada do Norte, e agora direita; e aquele, que virada do Norte, não aquietava em lençóis de Holanda, direita para o Norte descansou em umas tábuas; aquele que se não aquietava com iguarias, e galas, já se aquieta com uns legumes, e com uns remendos: direito para o Norte pouco basta para aquietar um coração. (v. II: 79.)

Os bens do mundo, por muito numerosos e requintados que sejam, acabam sempre por se mostrar insuficientes para satisfazer os desejos do coração, incansável na procura de mais e mais satisfação, que sempre dura pouco.

Para acentuar esta falta de autenticidade que o mundo aparenta, o autor compara-o com o teatro, com o intuito de fazer sobressair a sua inconsistência. O mundo é uma gigantesca figuração que dá uma visão distorcida da realidade, ou seja, é uma coisa e parece outra: «Em todo este teatro universal não entram mais que figuras: uns fazem a figura de reis, outros de grandes, outros de prelados, outros de ministros, e assim dos mais», refere em jeito de desconstrução, no sermão da 1.<sup>a</sup> domingo da Quaresma (v. I: 209). Ao contrário das imagens, que apesar de não serem reais sempre revestem uma relação de semelhança com a realidade que representam, as figuras não aparentam essa parecença. Assim, qualquer um poderá fazer figura de rei, fantasiando-se como tal, sem no entanto representar e, por conseguinte, ser

imagem de nenhum monarca em concreto. Tal como as imagens, são uma ficção da realidade. No sermão do domingo da Septuagésima, em que o tema incide sobre os operários que são chamados a trabalhar na vinha, o pregador alerta para o perigo de se ir «enchendo a vinha de tantos cepos como cepas» (v. I: 79), ou seja, explica de imediato, em lugar de os administradores colocarem na vinha operários competentes para tratarem dela, metem como serviçais os parentes, amigos e afilhados, ficando «a vinha cheia de comedores, e vazia de operários». Os lugares são ocupados por simulacros de operários que procuram ostentar o que não possuem, ou seja, idoneidade para o desempenho das funções:

Donde vos parece que nasce muitas vezes encher-se de cepos a vinha, ou a tomemos pela Igreja, ou pelo reino, senão dos que chamam, proporem cepos por operários? Tomam um destes cepos entre as mãos, e começam a descavacar, e acepillar nele, logo lhe vão dispondo os membros, fazem-lhe pés em que se tenham, ou põem-no em pés, e também lhe dão a mão, ou lhe dão mãos, e às vezes não muito lavadas, depois lhe abrem a boca, os ouvidos, e mais os olhos, e ultimamente lhe dão as suas tintas como eles querem, e então o apresentam ao senhor da vinha: Senhor, aqui temos um famoso operário, tão perfeito como uma imagem; e dizem bem; porque de operários não têm mais que a imagem; e na verdade de um cepo a muito arrebenstar que se podia fazer senão uma imagem? E com estas monstruosidades começa logo a falar o mundo: Este não era há quatro dias na universidade um cepo? Este não era na fronteira um tronco? É verdade que era um cepo, um tronco, mas deu na mão de um bom imaginário, e como o imaginário era bom, de um tronco fez uma imagem, mas por fim é uma imagem, que é um cepo; e então o que tem muito que ver, é uma destas imagens metida na vinha; ela não vê, não ouve, não sabe abrir a boca, não anda por si, vai para onde o levam, e isto é o que os imaginários querem, que ele vá para onde eles a levarem. (v. I: 79-80.)

A denúncia dos jogos de influência que dominam a distribuição dos cargos públicos, feita no seio da própria corte e num estilo próximo da conhecida passagem do sermão do Espírito Santo do P. António Vieira, alusiva ao estatuário, como Maria Lucília Pires chama a atenção, no final do seu artigo, leva o pregador a queixar-se tanto das imagens como das figuras, por darem da realidade uma aparência sem qualquer solidez. Sem saber ao certo se será melhor ou pior tomar a realidade pela sua imagem ou pela sua figura, mostra-se no entanto seguro de que ambas «o que representam é tragédia» (v. I: 210), afirma no sermão da 1.<sup>a</sup> domingo da Quaresma. Estes e outros desmandos sociais e políticos mostram uma completa inversão da ordem do mundo. A visão unificada pela analogia a uma ordem de princípios de

verdade e de bem dá lugar a uma visão fragmentária pela desordem marcada por desencontros, onde desfilam, como em um palco, diferentes figurantes que representam mal os seus papéis. O mundo desligado do seu destino último tornou-se o teatro das errâncias do homem, sem estabilidade nem densidade de ser. E a missão do pregador será restabelecer a ordem corrompida e feita de aparências, para uma forma de representação que tome por modelo a ordem teleológica do mundo. O mundo das aparências, palco da intriga política, da devassidão moral, da injustiça e do crime, é a negação do verdadeiro mundo que se compreende a partir dos seus alicerces metafísicos, ou, se preferirmos, escatológicos, que se opõem à inautenticidade da errância aniquiladora, ou, se preferirmos, apocalítica.

A radicalização do discurso encaminha o pregador a apresentar a falta de consistência do mundo já não apenas como figura, mas como figura que passa, em que apenas apanhamos o rastro. Passa tão rapidamente que só dele apanhamos a sombra. Como é que «passando tão depressa ainda o seguimos?» (v. I: 212), interroga-se, transmitindo ao auditório a sua perplexidade! Corremos atrás de sombras que nos fogem, «lançando o bofe por um mundo, que [...] não é mais que uma pintura aparente, uma imagem de vulto<sup>576</sup>, uma figura disfarçada?» (v. I: 214). E chegamos mesmo à loucura de trocar por essa ilusão a alma, que é imagem da Trindade. Como será possível, continua a interpelar os ouvintes, que troquemos

a pintura sem sombra, pela sombra da pintura? A imagem maciça pela oca? A figura viva pela falsa? E o pior de tudo é, que muitas vezes ficamos sem uma, e mais sem outra, sem alma, e sem mundo; sem alma, porque a perdemos, sem mundo, porque nos fugiu, ou nos enganou. Esta nossa cegueira debuxou bem um filósofo em um cão, que passando um rio com uma posta de carne na boca, viu a sombra que a carne fazia, e porque a sombra sempre é maior que a realidade, lhe pareceu maior posta, largou a carne pela sombra, e ficou sem sombra, e mais sem carne. Pois isto nos sucede a cada passo; vemos a sombra do mundo, e como o mundo em sombra sempre é maior; enganados da sombra largamos a alma, e ficamos sem alma, e mais sem sombra; e que isto faça um bruto, mas um homem! Que pela sombra do mundo entregue um homem a sua alma ao Demónio, quando vale mais a sua alma, que todo o mundo! (v. I: 215-216.)

<sup>576</sup> A imagem de vulto tem por exemplo a estátua de Nabuco que aparecia com grandes dimensões e esplendor, mas era completamente oca: «Todo este mundo, e as suas grandezas não tem mais que vulto; comprimento, e largura não falta; umas fidalguias muito estiradas, uns faustos e pompas muito largas; mas peso nenhum [...]. A imagem do mundo não é de ouro, mas dourada; por fora mostra ouro, e por dentro não tem nada» (v. I: 203). Por isso o mundo, com os seus adereços, benesses, aplausos e honras, escondia o vazio e a podridão, como Salomão exprimiu na dilacerante exclamação de que tudo não passava duma ilusão (*Ecl.* 12).

O Demónio prometeu a Cristo o mundo todo, trocando-o pela Sua alma, pois ele bem sabia que o mundo é uma aparência que nada vale, e que a alma é real. Porém, aos homens, que são fracos e se deixam seduzir por pouco, promete apenas «umas migalhas, como um apetite, como uma vaidade, como um pontinho de honra, como um interessezinho» (v. I: 217), tal como fez com os nossos primeiros pais quando os tentou com uma simples maçã. Subjacente a todo este confronto está a incomensurável fruição da eternidade que se compromete por um prazer fugaz, que só dura um instante e que nunca se sacia.

O mundo mostrará a sua verdadeira substância no fim dos tempos, quando tudo for consumido pelo fogo e reduzido a cinzas. É a imagem do mundo visto como ruína, como nada. Nesse dia, o dia do Juízo, «tudo será fim, acabar-se-á toda a glória, e vaidade deste mundo desfeito em breves cinzas; desfeito em breves cinzas? Não disse bem, feito em breves cinzas, que como este é dia de restituição, e mais de verdade, far-se-á o mundo o que é; todo este mundo anda adulterado, só na ruína daquele dia mostrarão as coisas o que são» (v. II: 2). Tal como a estátua de Nabucodonosor que, quando se mostrava de pé, exibia os materiais nobres de que era feita, e se transformou em pó pelo simples toque de uma pedra (Dn. 2, 32-35), também o mundo arruinado mostrará no fim dos tempos a sua insignificância, ao ficar reduzido a cinzas. Esta é na verdade a sua verdadeira expressão que os matemáticos definem acertadamente como um ponto, a menor expressão da quantidade, que é indivisível, esclarece no sermão da 6.<sup>a</sup> sexta-feira da Quaresma (cf. v. I: 298). Esta conceção contrasta com a visão que os géometras dão do mundo ao calcularem a sua extensão em 6 138 léguas, informa o ilustrado pregador. Porém, esta dissonância, elucida na peroração, explica-se porque «os géometras medem o mundo pelo mundo, e os matemáticos medem o mundo pelo céu; e se o mundo pelo mundo tem tantas mil léguas, o mundo pelo céu não é mais que um ponto; porque é tal o excesso, que o céu faz ao mundo, que o mundo não é mais que um ponto a respeito do céu» (v. I: 308). E logo de seguida, eleva o confronto entre o mundo e o céu, partindo do cenário do que o nosso olhar pode enxergar para a incomensurável realidade que nos é dada esperar no Céu: «se o Céu é cousa tão grande pelo que é em si, que será pelo que se logra nele? Pelo que é em si, é excessiva grandeza, e pelo que se logra nele, é infinito, pois se logra de Deus. Comparai um infinito com um ponto, e vereis que não tem comparação, porque tem distância infinita».

A visão direta que temos do mundo limita-se às impressões que os sentidos recolhem. É uma visão enganosa por se fixar apenas na superfície das coisas visíveis. Se pusermos em ação os olhos da alma, aí se verá o desengano a que se reduz essa primeira visão. Tudo, no mundo, se mostrará reduzido a cinzas ou a nada; tudo não passará de ilusão e fingimento, que faz a vida desinquieta, vacilante, ou seja, desviada do Norte que dá autenticidade ao caminho da redenção do homem.

e contrastes lança o anátema sobre a credibilidade do mundo das aparências e dirige o fulgor militante para a afirmação dos valores e das atitudes que o poderão resgatar. O convite à renúncia do mundo, povoado de enganos, não conduz ao ceticismo ou à demissão niilista, mas encaminha o auditório para o abandono dum estilo de vida embalado na opacidade das ilusões aq mesmo tempo que desperta nele a vontade de o recuperar. A militância virtuosa é criadora de um mundo novo que nasce da certeza da promessa redentora que está reservada para os que vencerem o engano e olharem mais alto.

### 7.9.3. Memória da morte e reforma da vida

Bartolomeu do Quental inicia cada uma das duas partes dos *Sermões* com o tema do Juízo Final, como a dar o mote à pregação subsequente de que é no fim último da humanidade que a sua existência ganha sentido e equilíbrio. No sermão que abre o 1.º volume, em que descreve os sinais que anunciarão a aniquilação do mundo, a ressurreição dos mortos e o processo de julgamento dos pecados, “nada” é a palavra que traduz o verdadeiro estado em que o mundo se transforma: «só de um modo estará então o mundo, no nada, de que Deus o tirara, quando o criou; tudo virá a ser nada, e então verão os homens o nada porque se perderam: *Tunc videbunt*» (v. I: 7). Mas, para além da ruína material, ainda acresce a ruína da memória que muitos se preocuparam em deixar à posteridade por meio de inscrições, retratos, jazigos monumentais, epitáfios e árvores genealógicas «com umas folhas tão largas, que podem escrever nelas as suas proezas, e as de seus antepassados» (v. I: 8). Porém, tudo isto se apagará no dia do Juízo Final, juntamente com as honras, os privilégios e as distinções: «Só uma memória durará naquele dia, e depois daquele dia» (v. I: 9). Por isso exorta os fiéis que o escutam a seguirem o exemplo dos justos e dos santos, que deixam memória eterna com a observância dos mandamentos, jejuns que a Igreja prescreve, oração e penitência. O pregador exalta aqueles que não alegam escusas para se considerarem dispensados de cumprir os seus deveres cristãos, por causa das privações e rigores de diversa ordem exigidos pelo desempenho das suas funções. Estas vicissitudes não passam de acidentes do quotidiano, que apenas deixam uma memória temporal fugaz: «Oh homens, que para deixar memória atravessais os mares, pisais as campanhas, cursais as universidades, andais arrastados pelos tribunais, derramais o sangue, e arriscais a vida, sede justos, e deixareis memória eterna» (v. I: 11). No fim, somente fará memória para sempre o que da nossa vida pudermos apresentar para descarga do que foi pesado na conta das nossas faltas e iniquidades. E passa em revista como será então «o peso e a conta», visando, em primeiro lugar, as categorias sociais que estariam presentes na capela onde pregava. Começando pelos membros da Igreja e por si próprio, propõe para exame de consciência a pureza de vida, a compostura de costumes, o zelo na oração, o exemplo para o mundo, o empenhamento

na reforma dos seus confessados, o fruto da sua pregação – se no púlpito «troquei a lisonja pela verdade» (v. II: 22). Aos párocos, será acrescentado à conta o cuidado com os seus fiéis e, aos bispos, o zelo para com as suas dioceses. O rei será julgado pelo exercício do seu poder na direção do reino, pois o cetro que sustenta desde o início do seu reinado é «vara para reger, e não bordão para descansar» (v. I: 30). Serão pesados na sua conta todos os departamentos que se encontram sob a sua alçada: tribunais, secretarias, ministros, «com o cuidado que devia ter de os escolher, e de os vigiar» (v. I: 30), o cuidado que pôs em premiar e castigar os seus subordinados segundo os merecimentos das suas obras e a natureza dos seus delitos. Finalmente, serão chamados à prestação de contas, os conselheiros do rei, pela obrigação que tinham de o aconselharem com isenção, seguindo a voz da sua consciência, e outras obrigações, como

a de eleger para os postos os mais dignos, e não os mais amigos, nem os mais parentes; a presteza e diligência com que se devia haver na expedição dos negócios, pelo dano que ordinariamente se segue às partes, e ao reino na dilação, e outras muitas coisas, de que se não faz caso, e de que se há de dar estreita conta. (v. I: 31.)

E os demais, darão todos conta de si, não só de tudo o que concerne ao respetivo foro íntimo, mas também do que diz respeito às faltas e aos danos cometidos pelos dependentes no exercício das suas ocupações e ofícios.

A virtude e o vício, como a retidão e o erro, ou a razão e o apetite, não combinam, principalmente nos ambientes em que se exerce o poder, como a corte: «e como o vício tem mais padrinhos que a virtude, a virtude está presa, e o vício solto» (v. II: 35), afirma no exórdio do sermão da 2.<sup>a</sup> domingo do Advento sobre o tema da prisão de João Batista por ordem de Herodes. Deste modo, terá cada um, em função do seu ofício e da responsabilidade que detém na direção dos seus subordinados, de procurar averiguar o que em si se encontra preso ou solto:

Se o julgador der a sentença injusta pela valia, condenando a sua alma pelo que não há de meter na sua bolsa: se o conselheiro votar contra o que entender, arriscando uma monarquia por satisfazer uma paixão: se o ministro der o voto injusto pelo respeito, obrigando-se à restituição do digno, que excluiu, e aos danos da república, que lhe causou o indigno que elegeu: se o murmurador, por não perder um dito, estragar uma fama: se o sensual consentir no gosto de um instante, sabendo que incorre a pena de uma eternidade, e escolher antes incorrer a pena de uma eternidade, que privar-se do gosto de um instante: quem diremos que anda preso, ou solto; o apetite, ou a razão? (v. II: 41.)

Muitos calam a verdade e procedem contra a sua consciência pelo medo que têm de perder o seu lugar, ao desagradarem ou contrariarem aqueles de quem dependem. Os que vivem na dependência da corte, dissimulam com frequência as suas opiniões para protegerem os lugares que ocupam. O pregador alerta para o perigo de que se tomem as vozes fingidas pela verdadeira (cf. v. II: 52-54), principalmente no paço, que é lugar de enganos e onde têm mais audição as vozes fingidas do que as autênticas. Foi assim que Isaac tomou Jacob por Esaú, ludibriado pela sua cegueira, que não lhe permitiu perceber a dissimulação da voz do filho mais novo que se fez passar pelo primogénito (Gn. 27). A João Batista, que erguia a voz sem fingimento, no paço de Herodes, cortaram-lhe a garganta para que se deixasse de ouvir a sua voz perturbadora: «como é certo cortarem os paços as vozes verdadeiras, e ouvirem as falsas! E com vozes falsas como pode soar bem a harmonia duma república! Quantas repúblicas se têm arruinado, quantas harmonias se têm descomposto por vozes falsas! Uma voz falsa bastou para arruinar todo o mundo» (v. II: 61). A advertência aos responsáveis pelo governo do país para seguirem a voz da consciência na defesa do bem-comum, particularmente dos mais desprotegidos, e não a favor do benefício próprio e dos mais próximos, é uma tónica constante na pregação do P. Bartolomeu do Quental que insiste na ideia de que o exercício do poder, a nível político, mas também a nível social e profissional, constitui um serviço exigente que não poderá estar à mercê dos interesses e caprichos de quem o exerce. Quem o detém, um dia irá responder por ele, tendo em linha de conta os danos que a sua atuação ou falta dela poderá ter causado em terceiros. Por isso equipara o papel dos dirigentes políticos ao funcionamento sadio de um organismo vivo nos seguintes termos:

Fazem os príncipes, e governadores nas monarquias, o que as cabeças nos corpos, e é impossível estarem os corpos sãos, quando as cabeças estão doentes: *cum caput dolet, catere membra dolent*. Todos os movimentos do corpo dependem da sua cabeça, que lhe comunica os espíritos com que se regem, e se a cabeça não governa, não dura o corpo em pé. O corpo político, como o natural, depende para as suas ações, e conservação, dos espíritos, e influências, que a cabeça lhe comunica, se são saudáveis, estão sãos, e senão, estão doentes. (v. II: 92.)

São os superiores que, pelas suas ações e exemplo, inspiram e influenciam o comportamento do povo que deles depende e os olha como modelos. A forma de proceder das entidades dirigentes é comparável a uma torrente que escorre pela montanha, arrastando consigo toda a pedra miúda que encontra na descida.

Outra comparação é feita com recurso à antiga cosmologia, em que a ação dos governantes se mostra semelhante ao movimento da primeira esfera

celeste transmitido às demais esferas que suportam os planetas do nosso sistema, conforme a concepção geocêntrica, que era ainda a do autor. A preocupação de se fazer entender pelo auditório, e tornar-se desta forma convincente e eficaz, leva-o para além destas referências mais eruditas, como as que decorrem dos ensinamentos da cosmologia ptolemaica. Recorre então a exemplos e comparações que o senso comum facilmente percebe para chamar a atenção para a iniquidade que é usar do poder em benefício próprio, e não em prol do interesse geral. É um mau exemplo que acaba por contaminar a sanidade dos costumes. Compara o Estado a uma carruagem em que o carro, os cavalos e as rodas simbolizavam, respetivamente, a corte, os governantes e o povo: «os animais puxavam pelo carro, e as rodas sustentavam o peso» (v. II: 93). Sem o movimento dos animais as rodas não andariam e sem o movimento de ambos o carro não se moveria. Os animais transmitem movimento ao carro, fazendo que as rodas se desloquem em consonância com o andamento que os animais imprimem à corrida, o que põe em evidência a importância que os animais revestem para o regular andamento do carro:

Vejam agora a obrigação, que tem os que puxam pelo carro, e mais os que o guiam, que devem dar conta de si, e mais das rodas; porque quando se desencaminham, desencaminham a si, e mais aos outros; a si com o seu erro, e aos outros com o seu exemplo; vigiem muito sobre o seu procedimento, saibam que andam os súbditos espreitando-lhe as ações, para nota-las, e que mais depressa os hão de imitar nas más, que nas boas; entendam que Deus os tem posto nos lugares mais altos para modelo dos demais, e que como a natureza humana está mais disposta para o mal, que para o bem, mais depressa lhe hão de estampar as sombras, que as luzes; poderá suceder muitas vezes que os súbditos não estampem em si as perfeições dos que os mandam, mas as suas faltas, rara vez ou nunca sucederá. (v. II: 94-95.)

Sobre a responsabilidade de quem governa pesa o ónus de responder não só pelos seus atos, mas ainda pelos atos dos que estão sob as suas ordens, pois, «como o superior em seu tanto tem obrigação de desviar o dano que o súbdito pode fazer, o que este fizer deve ele restituir, e se nesta vida o não restituir, na outra o há de pagar» (v. II: 24), avisa o pregador contra a corrupção da corte, que explora a fraqueza de quem lá vai tratar dos seus assuntos e acaba por sair em farrapos, pela extorsão a que é sujeito nos vários serviços por onde tem de passar (cf. v. II: 26-27). Há que reformar estes procedimentos, nas pessoas e no Estado, como fizeram os habitantes de Nínive, seguindo o exemplo de toda a corte (Jn. 3). Sob o impulso da pregação de Jonas, toda a cidade se converteu e foi poupada à destruição: «renovaram-se os tribunais, igualaram-se as balanças da justiça, restituíram-se os roubos, deixaram-se os ódios, acabaram-se as invejas, emendaram-se as vidas, cessaram os pecados,

converteram-se todos» (v. II: 100). O pregador aponta desta forma os marcos que assinalam o caminho da verdadeira conversão ou reforma interior, que envolve uma radical mudança na relação com os outros, restituindo ao próximo o que lhe foi tirado e reparando todo o dano e mal que lhe foi feito: «ouvir que há de haver Juízo [...] e não deixar o ódio em que ando, não pedir perdão a quem tenho ofendido, não remediar o dano que tenho feito com o voto injusto, não restituir a honra que tenho tirado ao próximo, não pagar a dívida a que estou obrigado, isto é crer que há de haver Juízo?» (v. II: 4-5). A vida de cada um prescreve a que irá ter na eternidade: o cristão que levar vida justa e virtuosa poderá não ser dos «mais bem vistos do mundo», mas aquele que se preocupa apenas em receber os seus aplausos não será certamente o «mais bem visto de Deus» (v. II: 317). As pessoas, muitas vezes, pensam poder apaziguar a consciência por meio de rituais que se ficam por um formalismo meramente exterior. Quando atravessam alguma contrariedade, em geral, contentam-se em promover devoções e orações: «manda-se expor o Senhor pelas igrejas, e se entras em qualquer delas, achais quatro pessoas [...], achais também quando muito uma ladainha; mas penitência, conversão, reforma, emenda, nem confissão, tudo como dantes, e pior um pouco; muito boa é a ladainha, mas há de ser junta com a penitência» (v. II: 101)<sup>578</sup>. O pecado, nas suas diferentes expressões, é uma mancha na alma, que é urgente lavar para nos livrarmos dela: «Se um homem lhe cai uma nódoa no vestido, ver a pressa com que a lava! E se tem nódoas na alma, podendo-as lavar logo nas águas da penitência, ver o descuido, com que se há» (v. II: 108)!

A exortação ao arrependimento e à penitência, ou seja, à confissão, é uma constante na pregação, com o argumento de que ela nos poderá libertar da condenação eterna, se tiver lugar nesta vida. Na outra, à semelhança do rico avarento que maltratava o pobre Lázaro, haverá certamente arrependimento, mas sem remissão alguma. Com comparações e exemplos sugestivos, o pregador alerta-nos para estarmos permanentemente preparados para a morte

<sup>578</sup> O recurso frequente a missas, pregações, orações e outras formas de devoção, nas igrejas, assim como procissões e atos de piedade que as muitas solenidades do ano litúrgico, festas paroquiais, de capelas, confrarias e conventos multiplicavam, fazia proliferar uma prática religiosa marcadamente ritualista, apoiada em grande parte pelo «numeroso clero de missa, regular e secular, este em certas regiões largamente excedentário e entregue a funções não pastorais ou atido às espórtulas de serviços litúrgicos ocasionais» (João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, v. I, p. 38). A insuficiência deste tipo de prática religiosa não deixava de ser denunciada pelos pregadores, designadamente na capela real, em que há notícia de alguns sermões que, preocupados com a salvação das almas, apontavam para a necessidade duma reforma de vida por meio da conversão moral (cf. *ibidem*, p. 165).

que nos fará enfrentar o juízo de Deus: «não há remédio mais eficaz para a reforma da vida, que a memória da morte» (v. II: 166), ou, doutro modo, «o fim da nossa vida é a morte, mas da morte se governa toda vida» (v. II: 167). A morte, apesar de não ter hora certa para chegar, é representada nas pinturas por um relógio para significar que a vida só poderá andar certa se a morte regular os seus passos. O sermão da Cinza constitui mesmo um veemente incitamento a orientar a vida pelo relógio certo, por um relógio com todas as suas peças ajustadas e oleadas, pois assim, prossegue numa fina e pormenorizada exploração das várias peças que compõem o seu mecanismo,

darão as horas a seu tempo, e tudo se dera, e fizera a muito boas horas, e houvera horas para as ocupações, e mais para Deus, para a vida, e mais para a alma; as rodas nem andariam tão ferrugentas, que não corressem nada, nem tão untadas, que corressem com demasia; o volante, ou a balança assim temperaria o curso das rodas, que nem umas se adiantassem mais do que mereciam, nem outras se atrasassem mais do que convinha; os pesos assim se igualariam, que estando uns mais altos, e outros mais baixos, cada um teria o peso que lhe competia, e nesta diferença se conservaria a igualdade; o mostrador mostraria as horas ao certo, sem diminuir em umas, nem acrescentar em outras; e finalmente andaria o relógio com o Sol, que é o símbolo de toda a verdade. (v. II: 169.)

O tempo de Deus não se mede pelo andamento do relógio nem pelo ciclo das estações do ano. Cristo condenou a figueira, que secou, por ter passado com fome ao seu lado e não encontrar nela senão folhas (Mc. 11, 12-14). Apesar do evangelista observar que não era ainda o tempo dos figos, o tempo não serviu de desculpa perante a ocasião em que o Senhor os foi procurar e os não achou (cf. v. II: 263). É preciso, pois, estar vigilante porque não se sabe nunca o dia e a hora da ação de Deus. Porém, se ela não dispõe de tempo determinado para ter lugar, não deixa de ter número certo para acontecer, ou seja, «alguma há de ser última, a qual passada, não tem outra» (v. II: 261). Por isso, exorta à penitência, ou seja, à confissão e arrependimento dos pecados, para uma mudança de vida, que, com várias desculpas, as pessoas vão adiando, por meses, anos e até a vida toda, esperando pelos momentos finais quando o discernimento se encontra debilitado pelos efeitos da doença. A confissão deverá ser realizada quando «está o corpo bem-disposto, o juízo claro, as potências sossegadas» (v. II: 266).

O pecado tem a dimensão de Deus, contra quem é cometido. Sendo Deus infinito, o pecado também o será, pelo que a sua pena será eterna. E perante o argumento, que chega a mobilizar a autoridade de S. Tomás de Aquino, o pregador desce de imediato ao nível do entendimento do auditório para, num tom exprobatório, lançar a pergunta: «É um pecado mortal infinito na

malícia, e eterno na pena: e há quem cometa um pecado mortal? Por um pensamentozinho consentido, que não sai de nós, nem o sabe mais que Deus, e se forma em um instante, contraímos um pecado infinito, e incorremos uma pena eterna, isto pode ser sem estarmos cegos» (v. II: 333)? O contrasenso do pecado é uma cegueira dos que não têm presente a sua dependência e dívida para com Deus, que nos deu tudo o que tem em Si, até o Seu próprio Filho. Assim, ao terminar o sermão da 5.<sup>a</sup> quarta feira da Quaresma, visando muito provavelmente cada uma das categorias sociais presentes no auditório, a começar pelo rei e pelos ministros, até ao comum das pessoas, aponta as situações concretas, designadamente as que se prendem com o exercício do poder, em que é grande a cedência à tentação do pecado:

Se advertíramos que Deus nos está vendo quando pecamos, como não pecáramos! Se considerara o rei que Deus o está vendo quando despacha; se considerara o ministro que Deus lhe está presente quando vota; se considerara o julgador que Deus está à sua mão direita quando julga; se considerara o murmurador que Deus está à sua ilharga quando detrai; se considerara o sensual que Deus está no seu leito quando peca; se consideráramos todos que Deus está dentro de nós quando pensamos, como não caíramos nem em um mínimo pensamento! (v. II: 337-338.)

Contra o pecado a guerra é sem descanso! Porém, não se trata duma guerra como as demais, em que a peleja se faz pelo confronto. A guerra contra o pecado vence-se fugindo, principalmente em tratando-se dos apetites: «um apetite é um bruto, e assim a peleja dos apetites é um jogo de touros, no qual não faz melhor sorte quem se lhe arroja diante para que o tome, mas quem deixando-lhe a capa nas pontas com mais destreza lhe foge» (v. II: 381). Tal como acontece na esgrima, não será o mais forte que levará a melhor, mas o mais hábil. Da mesma forma que no toureio, em que o mais leve ganha vantagem, também no pecado, será o mais rápido a fugir da sua companhia que sairá vencedor. Por outro lado, no pecado contra a justiça, será a restituição do que se deve que o poderá redimir, como ilustra o exemplo de Tobias que mandou restituir um cabrito, só por suspeitar que os muitos balidos que ele dava no curral de sua casa seria um sinal de ele ter sido roubado (Tb. 2, 11-14). Mas muitos, com muita probabilidade ou certeza, apoderam-se dos bens alheios e procuram junto dos seus confessores argumentos em contrário de que não devem nada a ninguém, ou que, se devem, não dispõem de condições para proceder à restituição. Ouvem nas suas consciências os balidos dos bens que ilicitamente têm em sua casa e

A visão da deformidade do pecado, espelhada na água do poço, tem uma força persuasiva invencível, cuja nitidez é acentuada pela claridade da luz do sol do meio-dia, a hora sexta referida pelo evangelista. O conhecimento pela visão direta da realidade não apenas convence com mais eficácia que a argumentação, mas é capaz também de mobilizar com determinação ao resgate da alma: «Só estima a joia quem lhe conhece o valor: uma pedra preciosa na mão de um menino, é uma pedra, na mão de um lapidário, é um diamante; e daqui vem, que não a dando o lapidário por muitos cruzados, o menino a dá por uma maçã» (v. II: 253). Também os que não conhecem o valor da alma, pois a habituação ao vício os tornou insensíveis à sua deformidade, dão a alma por qualquer coisa, como Eva a trocou por uma maçã: «há homens, que por pouco mais de nada darão um testemunho falso; outros, que por qualquer coisa matarão um homem; outros, que por uma ninharia infamarão o seu próximo: homem, por uma cousa tão pouca se dá uma alma» (v. II: 255)? Daí que seja uma constante na pregação do P. Bartolomeu do Quental a exortação à reforma interior e à confissão: «Saíamos do pecado, e do mau estado, e saíamos logo, não percamos o tempo, que nisto esteve o dano do nosso enfermo» (v. II: 265) que jazia junto à piscina e cuja maior enfermidade era estar enfermo há muitos anos. Tinha-se acomodado à enfermidade, como o pecador que, habituado a viver no pecado, não toma consciência e convive sem escrúpulo com ele. Somente a justiça e a virtude colocam o homem no caminho de Deus, que apesar de não suscitar grandes aplausos a nível social, mas antes incômodos e até perseguições, ganha aos olhos de Deus o maior merecimento ou valimento. Este será firme e eterno, ao passo que os do mundo duram enquanto durarem os aplausos. A recompensa de Deus depende do estilo de vida que construirmos, e por esta razão o pregador afirma que o valimento «de Deus dura o que nós queremos, e o do mundo o que querem os outros» (v. II: 319).

Retoma-se, desta forma, a dialética dos dois caminhos que são dados ao homem para fazer o seu percurso em ordem à salvação e glória eternas. São caminhos com sinais e destinos opostos, que o P. Bartolomeu do Quental diz serem de perdição e de vida. O primeiro, é o caminho largo do fausto, das vaidades, da soberba, da sensualidade, da consciência relaxada e sem escrúpulos, da falta do temor de Deus. O outro caminho, em oposição, é o caminho estreito, que para caber nele a uns Deus pediu o martírio, a outros jejuns e abstinências, a outros ainda apertou com cilícios. É o caminho da cruz, que Deus fez seguir o próprio Cristo, impondo-lhe os «maiores apertos, adelgçando-o com jejuns, apoucando-o com desprezos, pisando-o com injúrias, atando-o com cordas, vazando-o de sangue (v. II: 82), até ao extremo de o suspender da cruz, despojado dos seus vestidos. Porém, o caminho da cruz que Cristo nos pede para seguir não se compreende como a repetição do Calvário, mas é um convite ao estrito cumprimento da lei de Deus, que existe desde sempre, mesmo antes de ter sido gravada na pedra e entregue a

Moisés. Ela é conatural à razão humana, pois «só nos manda o que a mesma razão nos pede» (v. I: 173), o que exclui todas as disposições irracionais que as leis dos homens muitas vezes impõem. A lei de Deus foi gravada em pedra não para mostrar que é pesada, mas antes para manifestar a sua firmeza. É errado pensar que o peso da pedra em que a lei foi inscrita nos sobrecarrega e empurra para baixo. A pedra da lei tem o peso do lastro que os navios transportam para estabilizarem a sua navegação:

a lei de Deus se se escreveu em pedra, foi para ser firme, e não para ser pesada, e se ainda tomou da pedra algum peso, é peso que não pesa, aligeira; que nem todo o peso pesa, ainda que seja peso de pedra. Quem dirá, que o lastro pesa ao navio, ainda que seja lastro de pedra? O lastro não pesa ao navio, aligeira-o; que para navegar bem, há de levar lastro. (v. I: 164.)

Da mesma forma que o lastro encaminha os navios com segurança, sem oscilações, ao longo da viagem, também o lastro da lei de Deus conduz cada um no caminho em que a humanidade constrói a salvação. Trata-se, pois, de um peso que nos eleva e faz subir, que nos dá asas para voar: «e peso com que se voa, quem lhe chamará pesado» (v. I: 166)? A lei de Deus que se leva no caminho estreito e subido da salvação é uma carga que faz andar seguro e levanta quem a segue, dando, assim, assas com que se voa. Não a poderemos pensar, por conseguinte, como uma carga opressiva e pesada:

Quem dirá que nas aves as asas pesam? As aves por andarem carregadas de penas, nem por isso andam pesadas, antes só então andam ligeiras, e só quando lhas tiram, andam pesadas, e senão vejam como se hão quando as tem, e quando lhas cortam; quando as tem, voam, e quando lhas cortam, nem se levantam do chão: de sorte que as asas é um peso que pesa quando se larga, e aligeira quando se leva. A quantos aligeirou bem o peso da lei de Deus que levaram? E a quantos pesou bem o peso da lei de Deus que largaram? A quantos o peso da lei de Deus que levaram fez voar ao céu? É a quantos o peso da lei de Deus que largaram afundiu ao inferno? Para com o mundo só pesa o peso, para com Deus muitas vezes não pesa o peso, mas a falta dele. (v. I: 166.)

O não acatamento da lei de Deus torna o homem pesado e afunda-o nos abismos do pecado. Pelo contrário, a sua observância faz o homem ganhar lastro, que não pesa, mas aligeira, e também asas que o fazem subir. Por isso a lei de Deus «só pesa quando se larga, e não quando se leva» (v. I: 167). O peso de lastro que aligeira e de asas com que se voa não é carga que possa pesar, mas agulha de marear que indica o Norte. O peso que possa ter é

quando muito suave «porque se mede com as forças de cada qual» (v. I: 183). Nisto, precisamente, a lei de Deus se distingue da dos homens, que impõe a todos uma carga igual, independentemente da estatura e das forças de cada um. Aliás, os mais débeis e de menor estatura são quem suporta mais o peso, como aconteceu com Cristo a quem impuseram uma cruz superior às suas forças e que o fez cair por terra várias vezes. Diferente é a cruz que Cristo pede a cada um para tomar e segui-lo. Não a que o fizeram levar ao Calvário, que foi imposta pelos critérios humanos que aplica a todos a mesma dominação, sem olhar à sua resistência para a suportar: «as leis, e pesos de Deus acomodam-se às medidas, e às forças de cada qual» (v. I: 185).

A preocupação de acomodar as exigências da lei de Deus à medida e às forças de cada um não faz o pregador esquecer os perigos do desvio para o relativismo moral. Será na consciência de cada um que, em conformidade com a tradição, situa a capacidade de discernir o que convém e de «não querer o que é mau» (v. I: 191-192). Daí a importância que confere à formação individual e à reforma interior, para que as decisões da vontade esclarecida possam ser adequadamente informadas. A letra da lei não é jugo inflexível que se aplica de forma rígida e sem olhar a meios, mas força inspiradora da vida, por onde os homens, como os legisladores, «hão de medir todas as suas ações» (v. I: 105). Ressalta assim o humanismo da pregação do P. Quental que não passou despercebido ao qualificador do Santo Ofício, Frei Manuel de Sequeira, que, no parecer que proferiu para a publicação da primeira parte dos *Sermões*, chamou a atenção para a «doçura da prosa» ao serviço da «eficácia da doutrina», e para a sua eloquência e suavidade, «pois sabe atrair com a sua discreta brandura o que muitos imprudentemente atemorizam com a sua indiscreta aspereza». A boa orientação da razão, a que não faltará o auxílio da graça, alivia e encoraja no *caminho que se faz*.

\*

O ímpeto morigerador da pregação do P. Bartolomeu do Quental mostra-se permanentemente suspenso de um pensamento escatológico, intimamente associado ao processo do apuramento final da «conta» das nossas faltas e iniquidades. Os sermões que dedica ao Juízo Final, no início de cada um dos volumes do seu sermônário, desdobram este cenário, carregado de cores e traços de grande espetacularidade, onde sobressai uma visão existencial da vida, paradoxalmente marcada pela morte. Todos, sem distinção, reis, papas, ministros, prelados, ricos e demais poderosos, irão comparecer despojados das insígnias que os colocavam em lugares de privilégio, acima do comum dos mortais, e tomarão lugar entre a multidão, como réus perante o Juiz supremo que há de julgar, sem apelo, até os mais íntimos e inconfessados pensamentos. «O juízo daquele dia será como Deus o fizer»,

e dele não haverá recurso, ficando decidido para sempre o destino último de cada um: a eleição dos justos e a condenação dos maus. Porém, está em nossas mãos fazer que esse juízo «seja como nós o quisermos», afirma no exórdio do sermão do Juízo Final que abre o 1.º volume dos *Sermões*, para dizer que só o reto juízo do nosso estilo de vida, que conduza ao arrependimento e à emenda, fará que, naquele dia, «faça Deus de nós o juízo, que nós hoje fizemos». Certamente que, naquele dia, será sem remédio o arrependimento por não termos emendado a vida, mas o arrependimento que, em vida, conduzir à reforma dos nossos costumes, este sim, poderá livrar-nos da condenação eterna e ser assim igual ao juízo que Deus fará das nossas culpas para as perdoar.



Figura 127. Retrato do P. Bartolomeu do Quental. Autor desconhecido, óleo sobre tela, 910x680 mm. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

A subordinação de todas as ações, pensamentos e desejos humanos ao veredito irrevogável do supremo Juiz confere assim pleno sentido à exortação de conduzir a vida pela certeza da morte, como assertivamente e de forma sugestiva enuncia no sermão da Cinza. A tutela da vida pela «memória da morte» dá sustentação ao apelo permanente de toda a pregação para reformar a vida, como forma de garantir o resgate do homem imerso no pecado. O pregador não se propõe convocar os fiéis para uma evasão ou renúncia ao mundo, mas dirige-lhes antes um veemente convite à sua transformação, ou seja, a introduzir na vida social e política a dimensão que lhe falta, alterando

radicalmente a forma de encarar a vida e de lidar com os outros. Por outras palavras, a pregação visa harmonizar a vida das pessoas, nas suas diferentes dimensões, com a morte, a instância que a governa, como lapidarmente enuncia na peroração do sermão do Juízo que abre o 2.º volume dos *Sermões*, quando estimula cada um a «aparelhar a sua conta, e se estiver em mau estado, o for despedir, se dever a dívida, a for pagar, se andar em ódio, se for congregar, se dever a honra, a for restituir, e se dispuser com uma confissão geral muito bem-feita, para uma vida muito nova; e quem o não fizer assim, temo-lhe muito a sua conta, e mais a sua salvação; e a razão é clara, porque quem não teme a conta, não teme a Deus, e quem não teme a Deus, como pode ter salvação?»

Somente o cuidado com o fim último do percurso salva a humanidade de sucumbir e cair no nada de onde veio e alimenta a esperança duma vida plena após a morte, antítese da vida mundana, mas que cada um poderá ganhar se aderir decididamente ao projeto redentor da Encarnação. A pregação cumpre assim o supremo desígnio, que os Estatutos do Oratório consagraram, de formar e despertar as consciências, orientando as pessoas no caminho da *vida boa* que traz a sua redenção.